



**Prefeitura Municipal de Luís Eduardo Magalhães
ESTADO DA BAHIA**

CNPJ 04.214.419/0001-05

LEI Nº. 308, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2008.

“Dispõe sobre a concessão de direito real de uso de área pública do Loteamento Mimoso I no Município de Luis Eduardo Magalhães”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUÍS EDUARDO MAGALHÃES, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais,

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a firmar com a instituição FUNDAÇÃO CULTURAL ALZIRA DA SILVA CORRÊA, entidade sem fins lucrativos, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº 07.590.751/0001-54, com sede na Avenida Padre Anchieta, Quadra 06, Lote 01 – Mezanino – Vereda Tropical, neste município, Contrato de Concessão de Direito Real de Uso da área pública representada pelo lote de terras medindo 11.051,70m², localizada na Área Pública Municipal – APMLEM 02, do Loteamento Mimoso do Oeste I, com destinação à construção de sua sede própria neste Município, com as seguintes confrontações:

LIMITES E CONFRONTAÇÕES

- Norte: 40,00 m confrontando com a Avenida Juscelino Kubtscheck;
- Sul: 89,51m confrontando com a área remanescente (APMR3);
- Leste: 185,56 m, sendo: 73,27 m confrontando com o lote APMLEM 01;
19,60 m confrontando com o lote APMLEM 01;
92,69 m confrontando com a Rua Sergipe;
- Oeste: 220,50 m, sendo: 70,00 m confrontando com a Rua Rio Grande do Sul;
60,50 m confrontando com a APMR 1;
90,00 m confrontando com a APMR 1.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 18 de Dezembro de 2008.


OZIEL ALVES DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL



**Prefeitura Municipal de Luís Eduardo Magalhães
ESTADO DA BAHIA**

CNPJ 04.214.419/0001-05

CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO

Que entre si celebram, de um lado o **MUNICÍPIO DE LUÍS EDUARDO MAGALHÃES**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CGC/MF sob n.º 04.214.419/0001-05, sediada na Rua Paraíba, s/n, Quadra 71, Lotes 13 e 14; neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. **OZIEL ALVES DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob n.º 502.801.809-00, residente e domiciliado em Luís Eduardo Magalhães, Bahia, doravante denominado simplesmente **CONCEDENTE**, e, do outro lado a Fundação Cultural Alzira da Silva Corrêa, ente de direito privado, CNPJ n.º 07.590.751/0001-54, representada pelo seu Presidente em exercício, no impedimento ocasional da titular, Dr. Antonio Corrêa Junior, brasileiro, casado, Advogado, OABDF n.º 16286, com sede à Avenida Padre Anchieta, Quadra 6, Lote 1, Mezanino, Bairro Vereda Tropical, em Luís Eduardo Magalhães, Estado da Bahia, doravante denominada simplesmente por **CONCESSIONÁRIA**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Clausula Primeira – A concedente recebeu autorização do Poder Legislativo Municipal, mediante Lei promulgada sob n.º 308, datada de 18 de dezembro de 2008. Pelo Exmo.sr. Chefe do Poder Executivo, com fundamento no artigo 14, parágrafo único da Lei Orgânica do Município e artigo 25, “caput” da Lei Federal n.º.666, de 21 de junho de 1993, para formalizar a “cessão de direito real de uso” do imóvel dominical, urbano, de formato irregular, identificado para fins do artigo 178, inciso VII, 167, inciso I, n.º13, § 8.º 176, § 1.º, incisos I e II, números 1, 2 e 3, alínea “b e 4, alínea “b” e inciso III da Lei n.º 6.015/73, a favor da “concessionária”, como sendo: *“imóvel urbano, identificado como Lote APMLEM 02, localizado com frente para a Avenida Juscelino Kubitschek, no loteamento Mimoso D’Oeste I, de propriedade da Prefeitura Municipal de Luis Eduardo Magalhães/BA, com a área superficial total de 11.051,70 (onze mil, cinqüenta e um metros quadrados mais setenta centímetros quadrados), conforme memorial descritivo, que passa a fazer parte integrante do presente contrato para fins de identificação, desmembramento e registro, como segue: inicia no marco 1 (um), situado a 60,00 (sessenta) metros de quem olha de frente para o terreno, partindo da direita pela avenida Juscelino Kubstchek; deste marco, segue confrontando com a referida Avenida Juscelino Kubstchek pela distância de 40,00 (quarenta metros) metros até o marco 2 (dois) fixado na divisa do lote identificado como APMLEM 01; deste, deflete à direita e segue dividindo com o terreno identificado como lote APMLEM01, pela distância de 73,27 (setenta e três metros vinte e sete centímetros) metros, até alcançar o marco 3 (três); deste deflete à esquerda, pela distancia de 19,60 (dezenove metros e sessenta centímetros) metros dividindo com o mesmo confrontante APMLEM01, até atingir o marco 4 (quatro) situado na divisa com a Rua Sergipe; deste segue rumo Sul, confrontando com a referida Rua Rio Sergipe por uma linha com a distância de 92,69 (noventa e oitos metros sessenta e nove centímetros), e segue até atingir o marco 5 (cinco); deste deflete à direita e segue confrontando com o terreno identificado por APMR01, pela distância de 99,00 (noventa metros) de extensão,*

Oziel Alves de Oliveira
Prefeito Municipal
Luís E. Magalhães BA



Prefeitura Municipal de Luís Eduardo Magalhães
ESTADO DA BAHIA

CNPJ 04.214.419/0001-05

até a divisa com a Rua Sergipe onde foi fixado o marco 6 (seis); deste, deflete à direita, e segue dividindo com a Rua Rio grande do Sul pela distância de 70 (setenta) metros, até alcançar o marco n.º 7 (sete) fixado junto à divisa do terreno onde está construída a Quadra de Esportes; deste, deflete à direita e segue dividindo com o lote pela distância de 60,00 (sessenta metros), onde está fixado o marco n.º 8 (oito); deste, deflete à esquerda, seguindo dividindo com o lote onde está construída a Quadra de Esportes pela distância de 90,00 (noventa) metros de distância até alcançar o marco n.º 1 (um) onde teve início a presente descrição. O imóvel encerra área privativa de uso correspondente a 11.051,70 (onze mil cinqüenta e um metros e setenta centímetros quadrados). O imóvel foi outorgado para a Municipalidade por força de Alvará de concessão para parcelamento de solo urbano, objeto da Matrícula e Registro n.º R1-6442, datado de 30/04/1984. Cujas partes estão sendo objeto da presente concessão de direito real de uso.

Cláusula Segunda – A outorga de concessão de direito real de uso ora feita por força da Lei Municipal referida acima, tem destinação específica para a construção das instalações da Fundação Cultural Alzira da Silva Corrêa e de suas Coligadas Filem – Faculdade de Luís Eduardo Magalhães e da Emissora de Radiodifusão em Frequência Modulada, objeto da Portaria n.º 682, de 05 de dezembro de 2007, do Ministério das Comunicações, ambas “Delegadas” e “Concessionárias” de execução de serviço público, e será utilizado para os fins educacionais e culturais e de apoio tais como alojamento para professores e agregados, objeto do pedido formalizado perante o Poder Executivo e aprovado pelo Poder Legislativo;

Parágrafo primeiro: A presente concessão de direito real de uso de bem, admite prorrogações. Se, entretanto, não vier a ser prorrogada a concessão ou formalizada a outorgada de outra em continuação, com as mesmas ou com acréscimo de novas condições, resguarda-se a favor da concessionária o direito de levantar as benfeitorias introduzidas, restituindo o imóvel nas mesmas condições em que o recebeu.

Cláusula Terceira – A outorga é feita em caráter gracioso, não havendo contraprestação de qualquer natureza, sendo a obrigação única a de ser utilizada para os fins estabelecidos na cláusula anterior, salvo o cumprimento das posturas municipais para fins de construção e edificação e pagamento de taxas de serviços urbanos colocados à disposição, exemplificando-se o fornecimento de energia elétrica, água e esgoto e iluminação pública. Não haverá, durante o prazo de validade do direito real de uso, lançamento de tributos sobre o imóvel, tendo em vista a manutenção do domínio.

Cláusula Quarta – Fixa-se o termo legal de 30 (trinta) anos de duração da presente concessão de direito real de uso do imóvel, iniciando-se na data da assinatura do presente contrato de concessão, na qual, concomitantemente está sendo transferida a posse do referido imóvel, passando a concessionária a utilizá-la e a exercer todos os direitos

Oziel Alves de Oliveira
Prefeito Municipal
Luís E. Magalhães - BA



Prefeitura Municipal de Luís Eduardo Magalhães
ESTADO DA BAHIA

CNPJ 04.214.419/0001-05

decorrentes da presente outorga quer em relação à concedente ou terceiros. O termo legal de encerramento será a mesma data da assinatura do presente contrato. No vigésimo nono ano, a concessionária manifestará por escrito intenção de obter a prorrogação da concessão por período de tempo igual ao ora concedido, devendo a concedente providenciar a remessa de pedido de autorização ao Poder Legislativo para formalizar novo contrato de concessão de direito real de uso do bem.

Cláusula Quinta – A concedente reconhece a favor da concessionária o direito de transferir os direitos real de uso do imóvel para entidade congênere, condicionada ao uso para os mesmos fins ora estabelecidos, devendo ser previamente comunicado ao titular do domínio o qual conferirá aquiescência. |

Cláusula Sexta – Fixa-se o prazo de 24 (vinte e quatro) meses para o início da construção das edificações, as quais serão feitas segundo critério da concessionária para poder desenvolver as atividades fins, sendo considerados atos próprios os básicos para o funcionamento, tais como a construção de poço artesiano para captação de água potável, instalação de cabine de energia elétrica para rebaixamento da tensão, construção de muros divisórios, etc. A contumácia no cumprimento da obrigação assumida implicará em advertência e fixação de novo prazo, findo o qual, se persistir, será instaurado procedimento administrativo de revogação da outorga, mediante ampla defesa. Considera-se impedimento do cumprimento da presente cláusula, a negativa ou dificuldades na obtenção de licenças ambientais, de construção de captação de água subterrânea entre outras.

Cláusula Sétima - A fiscalização para atestar o cumprimento das cláusulas deste contrato de concessão estará afeta à Secretaria de Infra-estrutura e Obras, a qual tem a incumbência de licenciar as construções e outorgar o “Habite-se”, a qual fará relatório anual enviado ao Chefe de Gabinete do Poder Executivo para fins de ciência do andamento. O órgão incumbido de outorgar licenças terá ingresso livre no imóvel para verificar o andamento das obras e para elaborar o relatório anual referido acima.

Cláusula Oitava – Tendo havido a transferência do direito real de uso, com os direitos inerentes ao de possuidor direto, estará legitimada a concessionária a fazer uso dos interditos contra a concedente ou terceiros. No caso de disputa judicial contra terceiros, deverá comunicar o fato para a concedente a fim de que se habilite como litisconsorte para defesa de seus direitos.

Cláusula Nona - Fazem parte deste contrato de concessão todos os documentos constantes do processo de aprovação do loteamento em que houve a transferência do domínio da área onde está encravado o terreno ora concedido, bem como os constantes do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Barreiras, Estado da Bahia, onde se acha registrado o referido loteamento e também os formados a partir do pedido de concessão de direito real de uso do imóvel que se encontra arquivado na Câmara de Vereadores do Município de

Oziel Alves de Oliveira
Prefeito Municipal
Luís E. Magalhães - BA



**Prefeitura Municipal de Luís Eduardo Magalhães
ESTADO DA BAHIA**

CNPJ 04.214.419/0001-05

Luís Eduardo Magalhães, que poderão ser objeto de expedição de certidões para complementá-lo para fins de obter o registro no Cartório de Registro de Imóveis.

Cláusula Décima - As despesas se houver, decorrentes do presente contrato correrá à conta dos recursos consignados no elemento próprio, do orçamento vigente do concedente.

Cláusula Décima - primeira - A concedente outorga mandato para o Presidente da Fundação Cultural Alzira da Silva Corrêa, ora outorgada e denominada de concessionária, para proceder todas as diligências destinadas à obtenção do Registro do Terreno em toda a sua dimensão original e obter o desmembramento do terreno objeto da outorga da presente concessão de direito real de uso para fins de Registro no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Barreiras ou do futuro da Comarca de Luís Eduardo Magalhães, quando vier a ser instalada, podendo praticar todos os atos e assinar requerimentos, petições ou mesmo ingressar em Juízo com pedidos de retificação de área ou dúvidas inversa ou levantada pelo Oficial Registrador, a qual se configura com o teor da presente cláusula.

Cláusula Décima - segunda - Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas da execução do presente contrato, as partes elegem o Foro da Comarca com jurisdição sobre o imóvel, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, destinadas a primeira a formalizar o procedimento administrativo de outorga, as segunda, terceira e quarta destinadas a obtenção do Registro no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Barreiras e Registro no Cartório de Títulos e Documentos, dispensadas as testemunhas, para que produza seus efeitos legais.

Luís Eduardo Magalhães, 29 de dezembro de 2008.


Oziel Alves de Oliveira
Prefeito Municipal
Luís E Magalhães BA

CONCEDENTE



CONCESSIONÁRIO






Prefeitura Municipal de Luís Eduardo Magalhães
ESTADO DA BAHIA

CNPJ 04.214.419/0001-05

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF/MF

896 407 029 34

Nome:
CPF/MF

Art. 14 - O uso de bens municipais por terceiros só poderá ser feito mediante concessão ou permissão a título precário e por tempo determinado, observado o interesse público.

§ 1º - A concessão de direito real de uso de bens públicos de uso especial e dominical dependerá de lei e concorrência pública, e será feita mediante contrato, sob pena de nulidade do ato, *exceto se destinar à utilização por concessionária de serviço público, entidades assistenciais ou se tratar de relevante interesse público devidamente justificado, exigida, em qualquer dessas hipóteses, autorização legislativa.*

Oziel Alves de Oliveira
Prefeito Municipal
Luís E. Magalhães BA



**Prefeitura Municipal de Luís Eduardo Magalhães
ESTADO DA BAHIA**

CNPJ 04.214.419/0001-05

MEMORIAL DESCRITIVO

Imóvel urbano : APMLEM 02
Área : 11.051,70 m²
Perímetro : 535,96 m
Proprietário : Prefeitura Municipal de Luís Eduardo Magalhães - BA.
Localização : Loteamento "MIMOSO D'OESTE I"
Município : Luís Eduardo Magalhães - BA

Este memorial refere-se um imóvel urbano, identificado como Lote APMLEM 02, localizado na Avenida Juscelino Kubitschek, no loteamento "MIMOSO D'OESTE I", propriedade da Prefeitura Municipal de Luís Eduardo Magalhães/BA, com a área total de 11.051,70 m², conforme planta anexa, parte integrante deste documento, e possui informações técnicas para a sua identificação, desmembramento e registro, nos termos que se seguem:


Limites e confrontações:

Norte: 40,00 m confrontando com a Avenida Juscelino Kubitschek;
Sul: 89,51 m confrontando com a área remanescente (APMR3)
Leste: 185,56 m, sendo: 73,27 m confrontando com o lote APMLEM 01;
19,60 m confrontando com o lote APMLEM 01;
92,69 m confrontando com a Rua Sergipe;
Oeste: 220,50 m, sendo: 70,00 m confrontando com a Rua Rio Grande do Sul;
60,50 m confrontando com a APMR1;
90,00 m confrontando com a APMR1.

Luís Eduardo Magalhães - BA, 03 de outubro de 2008.

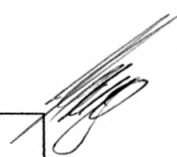
RT.

Eng.º Agr.º João H. Frare
CREA 58.709/MG - Visto 15.407
/ BA
ART nº 118


Oziel Alves de Oliveira
Prefeito Municipal
Luís E Magalhães BA

Proprietário

Execução:


TOPOTERRA LTDA.
Rua Rui Barbosa Quadra 59/Lote
05
L.E.M. - BA (77) 3628-2617